ARAKEN DE ASSIS

EXECUÇÃO CIVIL NOS JUIZADOS ESPECIAIS

8º edição Revista e atualizada

> REVISTA DOS TRIBUNAIS"

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pere ra

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiárias. Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraidi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais. Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Mar a Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patricia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victoria Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfouri

Estagiórias: Maria Carorina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Chrisley Figueiredo

Adaptação capa: Ariel Villalba e Cinthia Riveros

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfico: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Assis, Araken de

Execução civil nos juizados especiais / Araken de Assis. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5614-770-3

1. Execuções (Direito) - Brasil 2. Juizados especiais Leis e legislação - Brasil 1. Título.

21-55938

CDU-347.952:347.994(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Execução : Juizados especiais : Processo civil 347.952:347.994(81) Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

N(OTA .	À 8.ª EDIÇÃO	5			
l	INTRODUÇÃO					
	1.1	1.1 Noções prévias				
	1.2		16			
		1.2.1 Funções da jurisdição	16			
	1.2.2 Classificação das ações e satisfação					
		1.2.3 Atribuições executivas dos juizados especiais	24			
		1.2.3.1 Execução de títulos extrajudiciais	24			
		1.2.3.2 Execução de sentenças	28			
2	RITO E COMPETÊNCIA NA EXECUÇÃO					
	2.1 Aplicação subsidiária do Código					
	2.2 Competência na execução					
		2.2.1 Competência na execução fundada em título judicial	38			
		2.2.2 Competência na execução fundada em título extrajudicial	40			
		2.2.3 Competência nos processos incidentais, concurso de preferências e modificações da competência	41			
	2.3 Controle da competência na execução e seus efeitos					
3	FORMAÇÃO DO PROCESSO EXECUTIVO					
	3.1 Iniciativa da parte					
	3.2 Requisitos da petição inicial					
	3.2.1 Legitimidade					
		3.2.1.1 Noções gerais	50			
		3.2.1.2 Litisconsórcio	53			
		3.2.1.3 Classificação da legitimidade	53			
		3.2.1.4 Exclusão absoluta	54			
		3.2.1.5 Exclusão relativa	56			

EXECUÇÃO CIVIL NOS JUIZADOS ESPECIAIS

		3.2.1.6 Legitimidade ativa	57		
		3.2.1.7 Legitimidade passiva	58		
		3.2.1.8 Intervenção do Ministério Público	60		
		3.2.2 Causa de pedir	60		
		3.2.2.1 Título executivo	61		
		3.2.2.2 Inadimplemento	68		
		3.2.3 Pedido	69		
		3.2.3.1 Cumulação de pedidos	70		
		3.2.3.2 Execução provisória e execução definitiva	72		
		3.2.4 Valor da causa	74		
		3.2.5 Produção dos meios de prova			
	3.2.6 Requerimento e modos de citação do executado				
		3.2.7 Requerimentos especiais	77		
	3.3	Efeitos da propositura	80		
		3.3.1 Prevenção	80		
		3.3.2 Litispendência	81		
		3.3.3 Litigiosidade	81		
		3.3.4 Constituição em mora	81		
		3.3.5 Interrupção da prescrição	82		
		3.3.6 Averbação da demanda	83		
	3.4 Emendas da petição inicial				
	3.5	Indeferimento da petição inicial	84		
	3.6	Deferimento da petição inicial	84		
4	EXE	ECUÇÃO MEDIANTE COERÇÃO PATRIMONIAL	87		
	4. l	Noções gerais	87		
		4.1.1 Campo de atuação da execução coercitiva	90		
		4.1.2 Título executivo	92		
	4.2	Procedimento da execução	92		
		4.2.1 Prazo de cumprimento	93		
		4.2.2 Fixação da multa	95		
		4.2.2.1 Valor da pena	97		
		4.2.2.2 Início e duração da pena	97		

		4.	2.2.3	Exclusão da pena	98
		4.2.3 At	titudes	do executado após a citação	98
		4.	2.3.1	Cumprimento total e cumprimento parcial	99
		4.	2.3.2	Inércia do executado	99
		4.	2.3.3	Oposição do executado	99
		4.2.4 O	pção p	or outro meio executório	100
		4.2.5 Fr	ustraç	ão do meio executório	101
5	EXE	CUÇÃO	MED1.	ANTE TRANSFORMAÇÃO	103
	5.1	Noções	gerais .		103
	5.2	Procedin	mento (da execução (obrigação positiva)	104
		5.2.1 At	titudes	do credor após o descumprimento	104
		5.	2.1.1	Conversão do procedimento	104
		5.	2.1.2	Execução por terceiro	105
		5.2.2 In	cident	es da transformação	107
		5.	2.2.1	Retratabilidade da transformação	107
		5.	2.2.2	Insucesso na licitação	107
		5.	2.2.3	Execução de custeamento	108
		5.	2.2.4	Execução pelo credor	108
		5.	2.2.5	Descumprimento do contratante	108
		5.	2.2.6	Controle da prestação	109
		5.2.3 Ex	xtinção	do processo	109
		5.2.4 A	dvertêr	ncia final	110
	5.3	Procedin	mento	da execução (obrigação negativa)	110
		5.3.1 Pr	razo de	desfazimento	111
		5.3.2 C	itação (e atitudes do executado	111
		5.3.3 M	anuter	ıção dos efeitos materiais do ato	112
		5.3.4 O	pção p	or outro meio executório	112
		5.3.5 E	xtinção	da execução	112
6	EXE	CUÇÃO	MEDI	ANTE EXPROPRIAÇÃO	113
	6.1	Noções	gerais .		113
		6.1.1 Re	espons	abilidade patrimonial	115
		6.	1.1.1	Espécies de responsabilidade	117

10 EXECUÇÃO CIVIL NOS JUIZADOS ESPECIAIS

		0.1.1.2	Casos especiais de responsabilidade primaria	114		
		6.1.1.3	Casos de responsabilidade secundária	118		
		6.1.1.4	Limitações da responsabilidade (impenhorabilidade)	122		
	6.1.2	Fraude	contra a execução	132		
		6.1.2.1	Requisitos da fraude	133		
		6.1.2.2	Tipicidade da fraude	134		
		6.1.2.3	Procedimento e efeitos da declaração de existência de fraude	138		
	6.1.3	Respons	sabilidade do credor pela execução injusta	138		
	6.1.4	Repress	ão contra atos atentatórios à dignidade da justiça	139		
6.2	Fase	inicial da	a expropriação	140		
	6.2.1	Frustra	ção da citação pessoal	142		
	6.2.2	Pré-pen	hora	143		
	6.2.3	Citação	do devedor	145		
		6.2.3.1	Pagamento	146		
	6.2.4 Penhora, avaliação e depósito da coisa penhorada					
		6.2.4.1	Procedimento da penhora por termo	147		
		6.2.4.2	Procedimento da penhora por auto	149		
		6.2.4.3	Objeto da penhora	154		
		6.2.4.4	Efeitos da penhora	159		
		6.2.4.5	Incidentes da penhora	162		
		6.2.4.6	Intimação da penhora	166		
6.3	Fase instrutória da expropriação					
	6.3.1 Audiência de conciliação					
		6.3.1.1	Suspensão do processo	169		
		6.3.1.2	Dação em pagamento	170		
		6.3.1.3	Adjudicação do bem penhorado	170		
		6.3.1.4	Alienação por iniciativa particular	172		
	6.3.2 Avaliação					
		6.3.2.1	Momento e lugar da avaliação	174		
		6.3.2.2	Agente da avaliação	174		
		6.3.2.3	Casos de dispensa da avaliação	174		
		6.3.2.4	Procedimento da avaliação	175		

8.	.2	Procedimento da execução		
		8.2.1 Legitimado passivo	226	
		8.2.2 Título executivo	226	
		8.2.3 Exclusão da execução provisória	227	
		8.2.4 Admissibilidade dos embargos	227	
		8.2.5 Competência e forma da requisição de pagamento	227	
8.	.3	Desobediência à requisição: "sequestro" da renda pública	229	
BIBLIOGRAFIA				
OUTRAS OBRAS DO AUTOR				